

O FMI, preocupado com a política monetária.

Os técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e diretores do Banco Central estiveram reunidos durante toda a tarde de ontem, para discutir aspectos da política monetária brasileira. Segundo a assessoria de imprensa do BC, os técnicos do FMI reconhecem que o Banco Central não tem condições de executar a política monetária em sua plenitude. As discussões sobre o assunto prosseguem hoje, e o FMI já teve a garantia do Brasil de que a recuperação dos instrumentos de controle monetário faz parte do programa de modernização e ajustamento.

Antes da reunião com a missão do FMI, o Banco Central enviou ao ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, a proposta de reformulação da política monetária. O documento foi encaminhado durante encontro na residência oficial do ministro, das 7 e meia às 10 horas da manhã de ontem. Além de Maílson da Nóbrega, estavam presentes o presidente do Banco Central, Elmo Camões, o secretário-geral do Ministério da Fazenda, o secretário-adjunto da Receita Federal, o secretário do Tesouro Nacional e três diretores do BC, das áreas bancária, de mercado de capital e da dívida pública.

Segundo fontes do Banco Central, o presidente Elmo Camões já vinha demonstrando preocupação com o fato de que

Arquivo



Doris Ross: meticulosa.

atualmente o mercado é que tem arbitragem e poder de decisão sobre o BC, quando deveria ser o contrário. Isso surgiu em consequência da necessidade de se criarem alguns instrumentos para enxugar a liquidez, como os depósitos voluntários, que acabaram impedindo a ação efetiva do banco como executor da política monetária.

Para voltar a ter controle sobre o mercado, o Banco Central pretende fortalecer os seguintes instrumentos clássicos: colocação de títulos de longo prazo, colocação de títulos com cláusula de correção cambial, reativação da linha de redesconto bancário e fortalecimento do compulsório sobre depósitos a vista.

FMI

Doris Ross, a especialista em política fiscal da missão do FMI que está em Brasília, foi ontem à secretaria do Tesouro Nacional, no Ministério da Fazenda, para discutir as projeções de arrecadação e gastos do governo para 1988.

A economista do FMI pediu aos técnicos do Tesouro alguns esclarecimentos adicionais sobre os números que foram apresentados à missão num primeiro encontro, na segunda-feira, no Banco Central. Doris quis saber, por exemplo, por que a previsão de gasto com pessoal no mês de junho é bem superior aos números de abril e maio — os meses em que vigorou a suspensão do reajuste pela URP para os funcionários do setor público.

A explicação da Fazenda é que, além do reajuste pela URP, a folha de junho vai incorporar também a primeira parcela do 13º salário, que o governo paga no meio do ano. Em abril, os gastos do governo com pessoal ficaram abaixo da meta de 75% das receitas disponíveis, estabelecida na exposição de motivos do decreto-lei que suspendeu a URP dos funcionários.

A técnica do FMI também quis mais esclarecimentos sobre outros pontos da política fiscal, de maneira "muito meticulosa e detalhista", segundo técnicos da Fazenda que participaram das conversas. Entre esses pontos está a execução do orçamento de crédito — as operações de financiamento com recursos do governo, que neste ano fazem parte, pela primeira vez, do orçamento geral da União.

Doris Ross se reuniu com os técnicos das secretarias do Tesouro e de Orçamento e Finanças na parte da manhã. A tarde, encontrou-se com os técnicos da Secretaria da Receita Federal. A missão do FMI analisou também aspectos da reforma do sistema de tarifas aduaneiras. O chefe da missão, Thomas Reichmann, solicitou esclarecimentos a respeito do impacto da política monetária no custo da dívida pública e no nível de atividade e saúde financeira das empresas.